

## METODOLOGIAS ATIVAS E "GERAÇÃO Z": CONTRIBUIÇÕES PRÁTICAS DA DISCIPLINA DE ESTÁGIO NO EPJ DA UNIFOR

Patrícia Moura Monteiro Cruz  
Antonio Jorge Pereira Júnior  
Mara Livia Moreira Damasceno  
Francisco das Chagas S. Medina  
Aline Passos Maia  
Universidade de Fortaleza

### RESUMO

Este trabalho visa abordar os principais desafios enfrentados no ensino superior, com foco na qualidade do ensino ofertado, especialmente para captar maior engajamento dos alunos jovens do curso de Direito e incentivar o debate sobre processos de ensino e aprendizagem. O método exclusivamente expositivo descolado da realidade mostra-se questionável quanto à capacidade de retenção de atenção dos discentes, especialmente os da "Geração Z". Com o objetivo de favorecer a troca de experiências entre docentes do ensino superior com foco na execução de ações que potencialize a transformação e engajamento dos discentes, compartilhamos métodos de ensino aplicados pelos professores do curso de graduação da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências apresentadas na disciplina de estágio do Escritório de Prática Jurídica - EPJ. Conclui-se que existe uma necessidade de renovar os tradicionais métodos de ensino jurídico com foco na aproximação do aluno, por meio do uso de metodologias ativas, inclusive com uso de ferramentas tecnológicas, bem como a valorização de práticas docentes inovadoras capazes de gerar mais conexão com os jovens discentes.

**Palavras-chave:** Metodologias ativas. Ensino jurídico. Educação. Graduação em Direito.

### APRESENTAÇÃO

Os desafios do ensino superior sofrem transformações continuamente, de modo que uma determinada técnica de ensino que obteve sucesso por séculos, como a transmissão de conteúdo dogmático, por exemplo, pode não ser o método mais adequado na era digital. Não existe uma receita pronta para a escolha de determinado método relacionada à disciplina a ser ministrada, uma vez que existe certa complexidade e multiplicidade dos fatores que interferem na escolha da técnica de ensino mais compatível com o destinatário e o assunto a ser abordado.

O isolamento social provocado pela pandemia do vírus COVID-19 certamente é outro fator que causou impacto direto no método de aprendizagem no ensino superior como um todo. Afinal, foi exigido dos docentes senso de urgência e capacidade de adaptação para



poder continuar ofertando ensino aos discentes em tempos de muita dificuldade, insegurança e incertezas. No período da pandemia, houve a intensificação do uso de meios tecnológicos para conectar professores e alunos e, para muitos, ainda se tratava de uma técnica inovadora aplicada em sala de aula. Ocorre que, mesmo após o término da pandemia, as implementações tecnológicas permaneceram, fato que lança luz para a questão de que o ensino precisa acompanhar as transformações da era digital.

Muitos são os desafios que permeiam a jornada do docente de ensino superior, razão pela qual o presente trabalho se justifica como forma discutir técnicas e métodos utilizados na graduação do curso de Direito da Universidade de Fortaleza - UNIFOR no Escritório de Práticas Jurídicas - EPJ na disciplina de estágios.

A questão essencial a ser explorada é estudar o papel da universidade como ferramenta de desenvolvimento e compartilhar experiências desenvolvidas na área da docência do ensino superior como forma de expandir o repertório sobre os desafios encontrados nos cursos de graduação em Direito.

## DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

O compartilhamento da experiência visa discutir as principais problemáticas enfrentadas pelos professores do curso de Direito, com objetivo central de abordar as metodologias ativas de ensino que podem contribuir para aproximar os discentes dos conteúdos técnicos da prática da advocacia, visa ainda dialogar sobre as possíveis estratégias a serem adotadas pelos docentes no enfrentamento das diversas problemáticas que envolvem o ensino jurídico no cenário brasileiro.

O trabalho foi desenvolvido a partir do levantamento histórico das principais ferramentas e métodos utilizados nas disciplinas de estágio da Universidade de Fortaleza, no curso da graduação, com destaque para as opções didáticas aplicadas no ensino da prática processual trabalhista, tais como: visitas técnicas, *Role-play*, simulação de audiências, vídeos gravados entre alunos e professores disponibilizados em plataformas digitais e no próprio AVA, prática de sustentação oral e criação de perfil em rede social com intuito de conferir acesso rápido e interativo com conteúdos de qualidade e incentivar relações entre colegas da turma.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os alunos que terminam regularmente o ensino médio e já ingressam nas universidades possuem entre 17 e 19 anos de idade, em média, representam a “Geração Z” (*zapping*) que são os nascidos entre 1995 e 2015. Essa geração surgiu no período de avanço das novas tecnologias e possui as características mais marcantes como: conexão tecnológica constante, reduzida interação social e pouca comunicação verbal. Em um futuro próximo, em menos de uma década, já estarão chegando aos bancos universitários os alunos da “Geração Alfa”.

Durante a aula, o docente além da preocupação inerente ao conteúdo programático, precisa lidar com a concorrência digital dos smartphones e relógios digitais dos alunos, principalmente da “geração Z”. Antes, o aluno aguardava as novidades legislativas ou jurisprudenciais serem informadas durante as aulas ou precisava recorrer às obras físicas, em livrarias ou bibliotecas, na busca de se atualizar, nos dias atuais, o discente da graduação possui acesso livre e rápido, quase que instantaneamente, às novidades do mundo jurídico.

Muitas vezes, o aluno entra na sala de aula, já sabendo de uma importante decisão do Supremo Tribunal Federal, por exemplo, não sendo mais uma novidade o anúncio realizado pelo docente na sala de aula. Nesse sentido, o professor da graduação de Direito precisa adotar técnicas que sejam dinâmicas e atrativas suficientes para que o aluno se conecte com a discussão sobre a matéria ministrada na aula.

Manter o aluno conectado com a temática do conteúdo programático é uma forma de evitar a falta de interesse pela disciplina, a evasão da sala de aula, e ainda a elevada taxa de reprovação na disciplina. Esses fatores podem ser agravados por outras questões de ordem financeira, social ou familiar, de modo que não resta outra opção pelo aluno a não ser realizar o trancamento, ou mesmo, abandonar o curso de Direito.

A origem da palavra “universidade” remonta ao tempo do surgimento da primeira universidade do mundo, no ano de 1.088, a Universidade de Bolonha. Inicialmente a instituição era chamada de “studium”, mas em razão da pluralidade de áreas de estudos, levou-se à utilização do termo “universitas”, do latim “universo”. Conforme lema da Universidade de Coimbra, fundada no ano de 1290, no documento escrito pelo rei D.



Dinis: “Scientiae thesaurus mirabilis” (DA FONSECA, 1999) - na tradução livre significa “o admirável tesouro do conhecimento”, é importante encarar os desafios do ensino jurídico e assimilar a educação como algo de muito valor, uma verdadeira preciosidade de quem ensina e de quem aprende, de modo que não existe esforço em vão quando o principal objetivo dos métodos de ensino em transformar vidas para a construção de uma sociedade mais digna e justa.

Considerando que o indivíduo, tanto no meio profissional, quanto no pessoal, necessita de um norte para tomar decisões, deliberar e agir, a virtude da prudência se faz imprescindível no ensino, especialmente na esfera jurídica, no sentido de orientar a vontade e a ação para a verdade. No âmbito da Universidade, a formação humanística necessita de especial observância no desenvolvimento dos discentes.

Para tanto, a virtude da prudência se mostra primordial na construção do jurista na instituição de ensino superior. No conceito aristotélico, ser prudente significa ter capacidade de deliberar o que é bom e proveitoso para o bem-estar no sentido amplo. Além do conteúdo teórico, “é possível observar que a concepção aristotélica desta virtude está relacionada à racionalidade prática” (PEREIRA JUNIOR, MELO, 2018, p. 122). No estudo da prudência, Luis Jean Lauand a define como a “arte de tomar a decisão certa” (2003, p. 316). De acordo com o tratado De prudentia de Tomás de Aquino, as partes semi integrais da prudência são: a memória, a inteligência, a docilidade, a astúcia e a razão, a previsão, a circunspeção e o cuidado (AQUINO, 2021, p. 50).

As referências pedagógicas dos docentes, além de buscar driblar as questões de concorrência inerente ao mercado de trabalho inflado pelas milhares de vagas ofertadas nos cursos jurídicos do país, ainda precisam se adequar às novas exigências da era moderna, com direcionamento de práticas inovadoras.

A transformação digital torna a atividade do jurista cada vez mais atrelada ao uso de computadores e da inteligência artificial, de forma que o simples peticionamento ou consulta processual exige do profissional o mínimo de conhecimento de informática. Contudo, a preocupação do jurista deve ir ainda mais além do que simplesmente dominar técnicas de uso dessas tecnologias, pois surgem novos tipos de obstáculos que por sua vez exigem novos conhecimentos e habilidades. A inovação e o avanço na área de



processamento de dados amplia as possibilidades de substituição de tarefas repetitivas, como elaboração de petições simplórias ou modelos de contratos, antes exercidas por estagiários ou profissionais em início de carreira por inteligência artificial, por exemplo.

A gestão de processos também pode ser executada por *softwares* que baixam andamentos processuais e geram informações automáticas aos clientes, de modo que o profissional se depara diretamente com novas problemáticas, tais como: gestão do tempo, questões de confidencialidade, proteção de dados e rastreamento de informações. A consciência a respeito da diferente forma de aprendizado e conhecer bem as características dos alunos da “Geração Z” já se mostram como importante passo no reconhecimento sobre a necessidade de adaptação das aulas tradicionais no ensino jurídico.

O trabalho em equipe dentro da instituição de ensino, desde a participação da diretoria, do corpo docente e dos funcionários em geral, é fator determinante para que haja a mudança de mentalidade acerca do atendimento das expectativas geradas por esses alunos no curso de graduação.

Pensar de forma estratégica para que os alunos dessa nova geração possam se conectar com as matérias jurídicas e encontrem ambiente propício para desenvolver as habilidades da era digital é fundamental para que o docente introduza as mudanças no seu plano de ensino. Assim, verifica-se que o uso de metodologias ativas é o caminho para aproximar ainda mais os professores em sala de aula em prol desses alunos que carecem de atenção redobrada na sua formação humana e profissional.

Com o objetivo de conferir habilidades técnicas mais estimulantes aos alunos do curso da graduação em Direito, especialmente nos últimos semestres do curso, a coordenação do Escritório de Prática Jurídica - EPJ, juntamente com seu corpo docente das disciplinas de prática, no ano de 2014, apresentou novo plano pedagógico com foco no desenvolvimento de competências voltadas para real experiência jurídica.

A adoção de metodologias ativas incentivam a autonomia e estimulam a participação dos discentes como reais protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, de modo que o aluno da graduação realiza atendimentos à comunidade com objetivo de obter a resolução de lides concretas, faz peticionamento e realiza o acompanhamento de



audiências juntamente com os operadores do Direito responsáveis pela turma.

Os alunos das disciplinas de prática da graduação possuem acesso a conteúdos disponibilizados na plataforma do AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, tais como vídeos gravados pelos professores, casos práticos narrados em história em quadrinhos para tornar a leitura mais dinâmica, sugestões de leitura, modelos de documentos, com objetivo de complementar o conteúdo ministrado em sala de aula.

Nesse sentido, é fundamental que o docente encare a plataforma AVA como uma tecnologia aliada no processo de ensino-aprendizagem, pois contribui diretamente para a modernização dos métodos de ensino, tornando-os mais dinâmicos e interativos, a fim de promover um aprendizado mais eficaz. A apropriação da tecnologia, como o uso do ambiente virtual de aprendizagem, permite ao aluno acesso aos materiais didáticos de forma autônoma, com a possibilidade de o professor realizar a sua atualização de forma mais ágil, de modo que contribui para aprimoramento da qualidade do ensino.

Na disciplina de Estágio III, que tem a proposta de apresentar ao aluno a prática trabalhista, os professores adotam a realização de vivências práticas dentro e fora da instituição, como método de conferir ao discente a realização de experiências para colocar em exercício o conteúdo teórico adquirido ao longo do curso.

O uso de aprendizagem pela experiência, chamado experiential learning (FEFERBAUM, 2020, p.29), confere ao aluno a capacidade de assimilar e transformar conceitos a partir da observação reflexiva e difere do ensino convencional pois o próprio discente gerencia o seu aprendizado.

No que tange à experiência vivida fora da instituição de ensino, os discentes da disciplina são convidados a realizarem uma visita técnica ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, oportunidade em que a história da Justiça do Trabalho do Ceará é apresentada aos discentes, com observação de atas antigas, livros históricos, togas especiais, medalhas e visita à réplica da antiga sala de audiência da Junta de Conciliação de Fortaleza.

Na sala de julgamento do Pleno, os alunos podem conferir in loco como são realizadas as sessões das turmas recursais formadas pelo Desembargadores, com exposição acerca das formalidades a serem cumpridas pelos presentes, bem como a demonstração técnica



sobre as solenidades a serem respeitadas.

Nesse método, o aluno tem a experiência de exercer a imaginação e projetar suas expectativas no futuro que se aproxima quanto à escolha da profissão a ser exercida, na hipótese de decidir seguir a atividade jurídica.

Na disciplina de prática trabalhista, é proposto o *Role-play* com simulação: os alunos recebem a íntegra de um processo real que envolve uma lide de objeto relevante e, de acordo com a divisão proposta pelo docente, haverá alunos que irão desenvolver o papel de advogado da parte recorrente e outra da parte recorrida a fim de realizar perante a turma uma sustentação oral simulada. Na disciplina, os alunos também são convidados a participar de uma simulação de audiência de instrução trabalhista, assumindo os alunos integrantes da equipe o papel de juiz, partes, advogados e testemunhas, de modo que percebam na prática as possíveis dúvidas, emoções e desafios enfrentados por cada indivíduo no ato jurídico simulado.

Durante as aulas, por exemplo, o professor tem a missão de apresentar as possíveis variáveis que podem surgir em uma audiência de instrução: desde a possibilidade de contraditar uma testemunha, como formular rapidamente perguntas no depoimento pessoal em busca da confissão ou se manifestar oralmente sobre uma tutela de urgência. Em suma, nesse método de ensino, o docente será capaz de atestar na prática que a virtude da sagacidade se mostra não apenas como um diferencial competitivo no mercado de trabalho, mas como essencial na capacidade de pensar criticamente no mister da atividade jurídica.

Assim, como forma de aproximar os alunos, especialmente no período em que as aulas precisaram ser virtualizadas por conta da pandemia, verificou-se que o uso das plataformas digitais, tais como Instagram, *TikTok*, Telegram e Facebook, pode ser altamente eficaz na prática docente. O uso de redes sociais permite que os alunos interajam entre si e com o professor, compartilhem ideias e discussões sobre os temas adotados em sala, recebam informação de qualidade de forma mais ágil e ainda colabora com o desenvolvimento do aluno na habilidade de comunicação e colaboração, que são relevantes no ensino jurídico.

Além disso, é possível verificar que o benefício da rede social não se restringe apenas em



favor do aluno, uma vez que permite o acesso pelo docente a conteúdos de qualidade e entretenimento de outros especialistas de forma que, mesmo sem produzir diretamente o material, possa compartilhar o conteúdo com sua turma e gerar maior engajamento com a matéria estudada em sala de aula, e consequente aumento do interesse dos alunos pela disciplina.

## CONCLUSÃO

É possível afirmar que há um imperativo de atualizar os métodos convencionais de ensino na área do Direito. Especificamente em relação à “Geração Z”, foram analisadas as principais características dos alunos nascidos a partir do ano de 1995 com a finalidade de abordar as estratégias na escolha das ferramentas e metodologias adequadas para promover ensino jurídico mais interativo e dinâmico na formação do futuro operador do direito.

A partir do compartilhamento de processos de aprendizagem dos docentes da Universidade de Fortaleza no Escritório de Prática Jurídicas - EPJ, verificou-se que a integração de abordagens pedagógicas modernas, que incluem a aplicação de tecnologias digitais e implementação de estratégias de ensino criativas conseguem envolver mais efetivamente os estudantes, especialmente os da “Geração Z”.

A discussão sobre práticas docentes incentivam a diversificar o método exclusivamente expositivo, uma vez que é preciso reter mais a atenção dos jovens alunos, nascidos em uma época de informações de amplo acesso e em considerável velocidade.

Assim, muito mais do que oferecer conhecimento técnico para seus discentes, os docentes do ensino jurídico superior precisam ser conhecedores do seu protagonismo na construção do cenário propício ao desenvolvimento do ser humano como um todo.

A temática abordada no trabalho teve como objetivo de divulgar o ensino problematizante, desenvolver competências sólidas nos discentes e compreender a necessidade de evolução do ensino jurídico, especialmente com o uso das tecnologias em busca da proximidade do aluno com a vivência prática do operador do direito.

As constantes mudanças na sociedade implicam adequação dos ordenamentos jurídicos para que possam regular as novas relações e direitos que surgem à medida que ocorre



essa transformação decorrente do avanço da tecnologia e do mundo globalizado. Conseqüentemente, o ensino jurídico também sofrerá os impactos dessas alterações, de forma que se faz necessário refletir sobre novas estratégias de ensino para que os discentes dialoguem de forma mais simples com o direito e assim possam desenvolver as competências e habilidades exigidas pelo mercado.

A adoção de métodos como a aprendizagem por experiências, visitas técnicas, *Role-play*, simulação de audiências, vídeos disponibilizados em plataformas digitais e prática de sustentação oral contribui para a assimilação do conteúdo de forma mais ágil e assegura aos discentes uma maior autonomia e controle no processo de aprendizagem.

Verificou-se que o uso de redes sociais no ensino jurídico apresenta grande valor, tanto para aluno, quanto para o professor, pois permite compartilhamento de conteúdos de forma rápida e eficiente, além de conferir maior interação entre a turma e acesso a conteúdos de qualidade de modo prático capaz de contribuir com a tão almejada melhoria do ensino jurídico.

Por fim, é patente que os docentes do ensino superior precisam cada vez mais estar atentos às mudanças de comportamento, expectativas e interesses por parte dos alunos, especialmente da nova geração, uma vez que o cenário jurídico e global está sujeito a constantes transformações provocadas pelo avanço tecnológico. Portanto, é necessário que o professor aproprie-se dessas inovações tecnológicas como forma de modernizar seus métodos, a fim de promover um ensino de qualidade, capaz de atender às necessidades e compreender as expectativas dos jovens alunos.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Tomás de. *Sobre a prudência*. Tradução: Alessandro Beccari. Petrópolis: Vozes, 2021.

DA FONSECA, FERNANDO TAVEIRA. *Scientiae thesaurus mirabilis*: estudantes de origem brasileira na Universidade de Coimbra (1601-1850). *Revista portuguesa de história*, nº 33, 2, 1999, pp. 527-559.

FEFERBAUM, Marina; RADOMYSLER, Clio Nudel; KLAFKE, Guilherme Forma; LIMA, Stephane Hilda Barbosa. *Ensino Jurídico e Inovação: dicas práticas e experiências imersivas*. São Paulo: Almedina, 2020.





XV  
ENCONTRO  
DE PRÁTICAS  
DOCENTES

DIA 20 de outubro de 2023,  
UNIVERSIDADE DE FORTALEZA - UNIFOR

ISSN 2179-4332

GORDILLO, Augustin. *El metodo en derecho: aprender, enseñar, escribir, crear, hacer*. Madrid: Editorial Civitas, 1988.

LAUAND, Luis Jean. A arte de decidir: a virtude da *prudentia*. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, n. 2, jul./dez. 2003.

PEREIRA JUNIOR, Antonio Jorge; MELO, Felipe Antônio de C. B. Morais. A relevância da prudência nos métodos de ensino participativo para a didática jurídica. In: *Conhecimento & Diversidade*, Niterói, v. 10, n. 20, p. 116–128, jan./abr. 2018.

## AGRADECIMENTOS

Agradece-se à Universidade de Fortaleza pelo apoio à pesquisa, bem como ao constante incentivo à integração entre docentes. Edital nº 60/2022 – Programa de Apoio a Equipes de Pesquisa.

